

# Superior Tribunal de Justiça

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.338.699 - RS (2012/0170987-6)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**EMBARGANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**EMBARGADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROCURADOR : JULIANA FORGIARINI PEREIRA E OUTRO(S) - RS049939**  
**INTERES. : ANA CÂNDIDA FAGUNDES DA ROCHA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

## EMENTA

PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ART. 40 DO CPP. EVENTUAL OCORRÊNCIA DE DELITO. OBRIGAÇÃO DO JUIZ. REMESSA DE CÓPIAS DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO. *CUSTUS LEGIS*. DESNECESSIDADE. LEI N. 1.419/2006. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO. ACESSIBILIDADE DOS AUTOS. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os embargos de divergência em recurso especial, ao tempo em que solucionam a lide, têm por finalidade possibilitar ao Superior Tribunal de Justiça que resolva a discordância existente entre seus órgãos fracionários na interpretação de lei federal, com objetivo de uniformização da jurisprudência *interna corporis*.
2. Hipótese em que se verifica posicionamento dissonante entre as Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte quanto ao direito federal aplicável (art. 40 do CPP. "Quando, em autos ou papéis de que conhecerem, os juízes ou tribunais verificarem a existência de crime de ação pública, remeterão ao Ministério Público as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia").
3. No caso em que o Ministério Público tem vista dos autos, a remessa de cópias e documentos ao Órgão Ministerial não se mostra necessária. O *Parquet*, na oportunidade em que recebe os autos, pode tirar cópia dos documentos que bem entender, sendo completamente esvaziado o sentido de remeter-se cópias e documentos.
4. Com o advento da Lei n. 11.419/2006, foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro a informatização do processo judicial, tornando-se o marco regulatório no uso de meios eletrônicos na tramitação de processos, na comunicação de atos e transmissão de peças em todos os graus de jurisdição nos processos civil, penal e trabalhista.
5. Atualmente, o Poder Judiciário efetua a prestação jurisdicional através de processos eletrônicos, cujo sistema exige, para sua utilização, a certificação digital de advogados, magistrados, membros do Ministério Público, servidores ou partes, permitindo acesso aos autos a partir de um computador interligado à *internet*.
6. A melhor exegese do art. 40 do CPP, à luz dos princípios da adequação e da razoabilidade, deve ser no sentido da desnecessidade de remessa de cópias do processo ao Órgão Ministerial, uma vez verificada pelo magistrado a existência de crime de ação pública, desde que o *Parquet* tenha acesso direto aos autos.
7. Embargos de divergência rejeitados.

## ACÓRDÃO

# *Superior Tribunal de Justiça*

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de divergência, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Felix Fischer, Laurita Vaz, Jorge Mussi, Sebastião Reis Júnior, Nefi Cordeiro e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Joel Ilan Paciornik.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Rogerio Schietti Cruz.

Brasília (DF), 22 de maio de 2019 (data do julgamento)

MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
Relator



# Superior Tribunal de Justiça

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.338.699 - RS (2012/0170987-6)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**EMBARGANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**EMBARGADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROCURADOR : JULIANA FORGIARINI PEREIRA E OUTRO(S) - RS049939**  
**INTERES. : ANA CÂNDIDA FAGUNDES DA ROCHA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

## RELATÓRIO

**O EXMO. SR. MINISTRO RIBEIRO DANTAS (Relator):**

Trata-se de embargos de divergência opostos pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL** contra o acórdão da Sexta Turma desta Corte assim ementado:

“PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INDÍCIOS DELITIVOS. COMUNICAÇÃO DO JUIZ AO MINISTÉRIO PÚBLICO. ART. 40 DO CPP. *PARQUET* QUE ATUOU COMO *CUSTOS LEGIS*. REMESSA DE CÓPIAS DAS PEÇAS PROCESSUAIS. DESNECESSIDADE. IMPROVIDO.

1. Esta Corte já examinou caso análogo tendo interpretado que a *mens legis* do art. 40 do CPP consiste em dar ciência ao Ministério Público da eventual existência de crime de ação pública. Logo, revela-se desnecessária a remessa de cópias dos autos ao Órgão Ministerial, que, atuando como *custos legis*, já teve conhecimento do crime (REsp 1317676/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/02/2014, DJe 04/08/2014).

2. Identificando-se que o órgão ministerial foi devidamente cientificado dos indícios delitivos por meio de vistas dos autos, tem-se como cumprida a finalidade insculpida no art. 40 do CPP, tornando-se insipiente a discussão acerca da obrigatoriedade de remessa de cópias das peças processuais.

3. Agravo regimental improvido” (e-STJ, fl. 263).

O recorrente sustenta divergência entre o posicionamento adotado no acórdão embargado e o decidido pela Quinta Turma desta Corte no julgamento do AgRg no REsp n. 1.330.372/RS, quanto à interpretação do conteúdo e extensão do art. 40 do CPP, cuja ementa veicula a seguinte tese:

“DIREITO PROCESSUAL PENAL. PRÁTICA, EM TESE DE CRIME. COMUNICAÇÃO DO JUIZ AO MINISTÉRIO PÚBLICO. REMESSA DE CÓPIA DAS PEÇAS DO PROCESSO. NECESSIDADE. ART. 40 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

1. De acordo com o que dispõe o art. 40 do CPP, é obrigação da autoridade judiciária remeter ao Ministério Público as peças necessárias à aferição de eventual ocorrência de delito e, se for o caso, oferecimento de denúncia. Precedentes.

2. Agravo regimental não provido” (e-STJ, fls. 278-289).

Afirma que "a remessa de peças necessárias à aferição de eventual delito ao

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ministério Público, ou à autoridade policial, é obrigação do magistrado, não sendo, portanto, ônus do Órgão Ministerial, por se tratar de ato de ofício, imposto pela lei” (e-STJ, fl. 283).

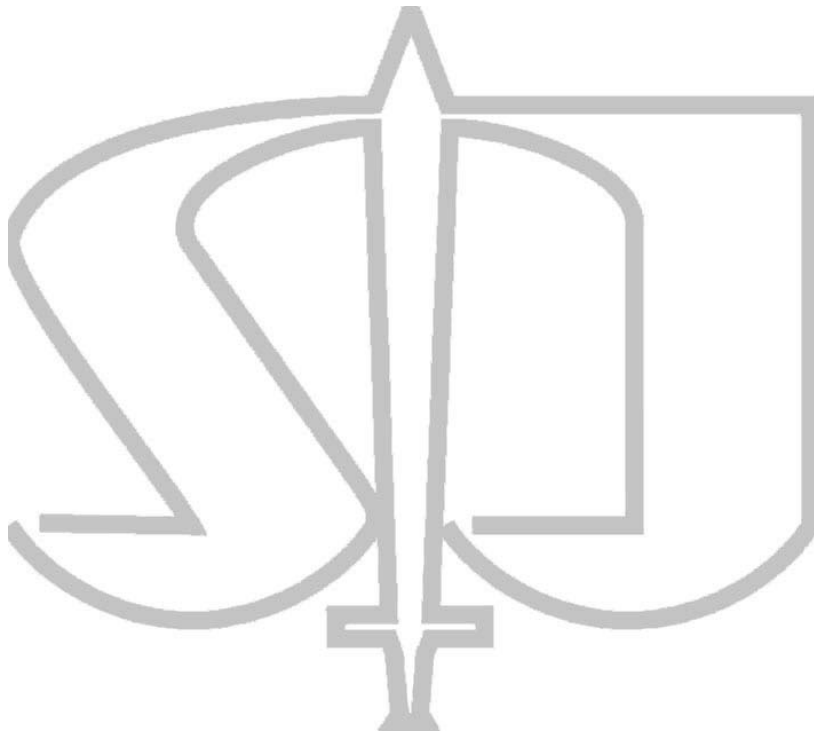
Requer, assim, o provimento do recurso para fazer prevalecer o entendimento firmado no aresto paradigmático.

Decisão de admissibilidade às fls. 295-296 (e-STJ).

O embargado apresentou impugnação (e-STJ, fls. 311-315).

O Ministério Público Federal se manifestou pelo provimento dos embargos de divergência (e-STJ, fls. 320-324).

**É o relatório.**



# Superior Tribunal de Justiça

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.338.699 - RS (2012/0170987-6)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**EMBARGANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**EMBARGADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROCURADOR : JULIANA FORGIARINI PEREIRA E OUTRO(S) - RS049939**  
**INTERES. : ANA CÂNDIDA FAGUNDES DA ROCHA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

## EMENTA

PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ART. 40 DO CPP. EVENTUAL OCORRÊNCIA DE DELITO. OBRIGAÇÃO DO JUIZ. REMESSA DE CÓPIAS DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO. *CUSTUS LEGIS*. DESNECESSIDADE. LEI N. 1.419/2006. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO. ACESSIBILIDADE DOS AUTOS. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os embargos de divergência em recurso especial, ao tempo em que solucionam a lide, têm por finalidade possibilitar ao Superior Tribunal de Justiça que resolva a discordância existente entre seus órgãos fracionários na interpretação de lei federal, com objetivo de uniformização da jurisprudência *interna corporis*.
2. Hipótese em que se verifica posicionamento dissonante entre as Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte quanto ao direito federal aplicável (art. 40 do CPP. "Quando, em autos ou papéis de que conhecerem, os juízes ou tribunais verificarem a existência de crime de ação pública, remeterão ao Ministério Público as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia").
3. No caso em que o Ministério Público tem vista dos autos, a remessa de cópias e documentos ao Órgão Ministerial não se mostra necessária. O *Parquet*, na oportunidade em que recebe os autos, pode tirar cópia dos documentos que bem entender, sendo completamente esvaziado o sentido de remeter-se cópias e documentos.
4. Com o advento da Lei n. 11.419/2006, foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro a informatização do processo judicial, tornando-se o marco regulatório no uso de meios eletrônicos na tramitação de processos, na comunicação de atos e transmissão de peças em todos os graus de jurisdição nos processos civil, penal e trabalhista.
5. Atualmente, o Poder Judiciário efetua a prestação jurisdicional através de processos eletrônicos, cujo sistema exige, para sua utilização, a certificação digital de advogados, magistrados, membros do Ministério Público, servidores ou partes, permitindo acesso aos autos a partir de um computador interligado à *internet*.
6. A melhor exegese do art. 40 do CPP, à luz dos princípios da adequação e da razoabilidade, deve ser no sentido da desnecessidade de remessa de cópias do processo ao Órgão Ministerial, uma vez verificada pelo magistrado a existência de crime de ação pública, desde que o *Parquet* tenha acesso direto aos autos.
7. Embargos de divergência rejeitados.

**VOTO**

**O EXMO. SR. MINISTRO RIBEIRO DANTAS (Relator):**

Conforme relatado, busca-se nestes embargos a reforma do julgado da Sexta Turma que conclui pela desnecessidade de remessa de cópias dos autos ao Órgão Ministerial à aferição de eventual ocorrência de delito.

Inicialmente, cumpre registrar que os embargos preenchem os requisitos de admissibilidade, razão pela qual **conheço** do recurso.

Os embargos de divergência em recurso especial, ao tempo em que solucionam a lide, têm por finalidade possibilitar ao Superior Tribunal de Justiça que resolva a discordância existente entre seus órgãos fracionários na interpretação de lei federal, com objetivo de uniformização da jurisprudência *interna corporis*.

Em relação ao aresto paradigma indicado (REsp 1.330.372/RS), verifica-se posicionamento dissonante entre as Turmas que compõem esta Terceira Seção desta Corte quanto ao direito federal aplicável (art. 40 do CPP).

Dispõe o art. 40 do Código de Processo Penal:

"Art. 40 - Quando, em autos ou papéis de que conhecerem, os juízes ou tribunais verificarem a existência de crime de ação pública, remeterão ao Ministério Público as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia".

De fato, a Quinta Turma desta Corte tem proclamado entendimento no sentido de que, conforme a dicção do art. 40 do Código Penal, a remessa de peças necessárias à aferição de eventual delito ao Ministério Público, ou à autoridade policial, é obrigação do magistrado, não sendo, portanto, ônus do Órgão Ministerial, por se tratar de ato de ofício, imposto pela lei. A propósito: HC 20.948/BA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 06/09/2005, DJ 26/09/2005 e REsp 1.352.335/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, DJ 09/05/2014.

Lado outro, a Sexta Turma firmou a tese de que, "Despicienda e sem interesse é, concretamente, a solicitada providência do art. 40 do CPP, de que comunique o juiz e forneça documentos sobre crimes, quando o próprio Ministério Público esse fato já conhece". (AgInt no REsp 1.309.040/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017).

Nesse contexto, com a devida venia dos eminentes pares que comungam do entendimento proferido no aresto paradigmático, penso que deve prevalecer a jurisprudência da Sexta Turma.

Na hipótese em que o Ministério Público tem vista dos autos, a remessa de cópias e documentos ao Órgão Ministerial não se mostra necessária. O *Parquet*, na oportunidade em que recebe os autos, pode tirar cópia dos documentos que bem entender, sendo completamente esvaziado o sentido de remeter-se cópias e documentos.

A corroborar tal entendimento, cito o seguinte julgado desta Corte:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. INDÍCIOS DE CRIME DE AÇÃO PENAL PÚBLICA NO CURSO DE DEMANDA CÍVEL.

# Superior Tribunal de Justiça

ART. 40 DO CPP. ATO JUDICIAL QUE NÃO REMETE CÓPIAS DO FEITO AO MINISTÉRIO PÚBLICO. VISTAS DOS AUTOS AO *CUSTOS LEGIS*. AUSÊNCIA DE CUNHO DECISÓRIO. RECURSO INCABÍVEL. DESTINATÁRIO DA NORMA. MAGISTRADO. DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE REQUISITAR CÓPIAS. INEXISTÊNCIA. *MENS LEGIS* DO REFERIDO DISPOSITIVO. DAR CIÊNCIA DE EVENTUAL EXISTÊNCIA DE CRIME. ÓRGÃO MINISTERIAL JÁ CIENTE DO QUE SE PASSA NOS AUTOS. REMESSA DE CÓPIAS DESNECESSÁRIA. RECURSO IMPROVIDO.

1. O *Parquet*, atuando como *custos legis* em demanda que pretende o fornecimento gratuito de medicamento pelo Estado, requisitou ao Juízo de primeiro grau, com base no art. 40 do CPP, cópias dos autos, por entender que agente público teria incorrido em crime de desobediência.

2. "Em razão do grande volume de processos que se encontram em vias de providências criminais por desobediência praticada, aliada à desumana carga de trabalho existente nesta Vara da Fazenda, estando os servidores sobrecarregados, bem como pelo fato das inúmeras e diárias urgências a serem atendidas" (fl. 50e), o magistrado singular não remeteu cópias do feito ao promotor de justiça, concedendo-lhe, contudo, vistas do feito.

3. Ato judicial que não determina remessa de cópias do feito para o Ministério Público constitui despacho de mero expediente, cuja natureza é desprovida de cunho decisório, de maneira que incabível a interposição de recurso objetivando sua reforma.

4. A norma insculpida no art. 40 do CPP tem como destinatário o magistrado. É inconcebível, portanto, vislumbrar direito do *Parquet* em requisitar cópias do feito em que há crime de ação pública.

5. A *mens legis* do art. 40 do CPP consiste em dar ciência ao Ministério Público da eventual existência de crime de ação pública. Logo, revela-se desnecessária a remessa de cópias dos autos ao Órgão Ministerial, que, atuando como *custos legis*, já teve conhecimento do crime.

6. Recurso especial improvido. (REsp 1.317.676/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/2/2014, DJe 4/8/2014).

Além disso, registre-se, por oportuno, que, com o advento da Lei n. 11.419/2006, foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro a informatização do processo judicial, tornando-se o marco regulatório no uso de meios eletrônicos na tramitação de processos, na comunicação de atos e transmissão de peças em todos os graus de jurisdição nos processos civil, penal e trabalhista.

Portanto, hoje, o Poder Judiciário efetua a prestação jurisdicional através de processos eletrônicos, cujo sistema exige, para sua utilização, a certificação digital de advogados, magistrados, membros do Ministério Público, servidores ou partes, permitindo acesso aos autos a partir de um computador interligado à *internet*.

Assim, a meu sentir, a melhor exegese do art. 40 do CPP, à luz dos princípios da adequação e da razoabilidade, deve ser no sentido da desnecessidade de remessa de cópias do processo ao Órgão Ministerial, uma vez verificada pelo magistrado a existência de crime de ação pública, desde que o *Parquet* tenha acesso direto aos autos.

Diante dessas considerações, deve prevalecer o entendimento firmado no acórdão embargado.

Ante o exposto, **rejeito** os embargos de divergência.

É como voto.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO  
TERCEIRA SEÇÃO**

Número Registro: 2012/0170987-6

**PROCESSO ELETRÔNICO**

**EResp 1.338.699 /**

**RS**

**MATÉRIA CRIMINAL**

Números Origem: 10800183307 1833012920088210027 2710800183307 70043005289 70043857044  
70045587631

PAUTA: 22/05/2019

JULGADO: 22/05/2019

**Relator**

Exmo. Sr. Ministro **RIBEIRO DANTAS**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. HAROLDO FERRAZ DA NOBREGA

Secretário

Bel. GILBERTO FERREIRA COSTA

**AUTUAÇÃO**

EMBARGANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
EMBARGADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADOR : JULIANA FORGIARINI PEREIRA E OUTRO(S) - RS049939  
INTERES. : ANA CÂNDIDA FAGUNDES DA ROCHA  
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ASSUNTO: DIREITO PENAL

**CERTIDÃO**

Certifico que a egrégia TERCEIRA SEÇÃO, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Terceira Seção, por unanimidade, rejeitou os embargos de divergência, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Felix Fischer, Laurita Vaz, Jorge Mussi, Sebastião Reis Júnior, Nefi Cordeiro e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Joel Ilan Paciornik.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Rogerio Schietti Cruz.